



# Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento Regiões das Culturas - Sicredi  
das Culturas RS/MG**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal**





Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar - Chácara das Pedras  
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
[ey.com.br](http://ey.com.br)

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG**  
Ijuí / RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos para caixa e equivalentes de caixa, em função de sua conversibilidade imediata, (ii) dos saldos de ingressos de depósitos intercooperativos para receita de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações, e (iii) dos saldos de resultado não operacional para os grupos de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo



Building a better  
working world

reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**EY**

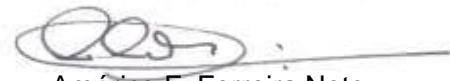
Building a better  
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/F-7

  
Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG, seguindo o princípio do cooperativismo de transparéncia na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Mesmo com as adversidades enfrentadas nestes tempos de pandemia, a Sicredi das Culturas RS/MG conseguiu entregar soluções financeiras adequadas e alcançar conquistas que agregam valor aos associados e para toda a sociedade. Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos:

- Em 2021 a cooperativa completou 96 anos, uma história sólida e olhando para o futuro. Por meio da nossa atuação, colaboramos para a criação de novos empreendimentos, crescimento de empresas, desenvolvimento de propriedades rurais, ampliação de renda para famílias e qualidade de vida de pessoas que acreditam no Sicredi;
- No setor agrícola, oportunizamos novas tecnologias, equipamentos, estruturas e insumos para os agricultores a partir da oferta de crédito rural. Além disso, criamos uma linha emergencial específica para produtores que tiveram as lavouras afetadas pela geada em Minas Gerais ou que tiveram redução de renda causada pela pandemia;
- Ainda considerando a redução de renda e receita bruta ocasionada pela recessão econômica, criamos linhas emergenciais para pessoas físicas e jurídicas e aderimos às linhas emergenciais do governo. Também concedemos crédito de energia solar com recurso do IFC (International Finance Corporation).
- Em parceria com o Sebrae, proporcionamos consultorias especializadas para microempreendedores e pequenas empresas, colaborando com o desenvolvimento dos negócios;
- Promovemos a quinzena Black Friday, com descontos em seguros e consórcios, oferecemos tarifa zero para folha de pagamento, além de isenção da tarifa Pix para o público PJ (pessoa jurídica), entre diversas outras ações.
- E destacamos ainda o início do projeto da nossa sede própria em Ijuí (RS), prevista para ser inaugurada no centenário da cooperativa, bem como a revitalização da estrutura de cinco agências no Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais, ampliamos nossa rede de atendimento com a abertura de agências nos municípios de Passos e Monte Santo de Minas. Com isso, chegamos à marca de 22 agências em atividade nos dois estados.

Em outra frente, a cooperativa atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. Entre as principais ações e atividades sociais realizadas pela cooperativa em 2021, ressaltamos as campanhas benfeitorias desenvolvidas a partir do Dia de Cooperar (Dia C) e do Natal de Cooperação. Em ambas, mobilizamos esforços para arrecadar alimentos em prol de entidades assistenciais e de famílias em vulnerabilidade.

Também demos continuidade aos programas “Empreender para Transformar”, que apoia projetos sociais desenvolvidos por instituições sem fins lucrativos, e “A União Faz a Vida”, realizado em escolas municipais para promover a cooperação e cidadania. Além disso, fortalecemos o programa de educação financeira “Cooperação na Ponta do Lápis” a partir da participação na Semana Nacional de Educação Financeira.

De forma local, trabalhamos fortemente para suprir demandas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Além da oferta de linhas de crédito para apoiar associados que tiveram suas rendas reduzidas, firmamos contratos de doação com quatro instituições hospitalares: Hospital de Caridade e Hospital Bom Pastor, ambos de Ijuí (RS); Hospital Bom Pastor de Santo Augusto (RS); e Sociedade Hospital de Panambi (RS). Com repasses mensais, os valores doados foram usados exclusivamente no combate à pandemia de Covid-19.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG

CNPJ/MF nº 90.729.369/0001-22

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>		<b>1.862.807</b>	<b>1.376.716</b>	<b>PASSIVO</b>		<b>1.542.707</b>	<b>1.107.403</b>
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	5.334	3.744	DEPÓSITOS	(Nota 12)	938.870	683.020
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.823.912	1.353.786	Depósitos à vista		170.256	168.104
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	21.544	10.381	Depósitos de poupança		596	-
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	289.051	254.602	Depósitos interfinanceiros		131.746	11.278
Centralização financeira	(Nota 04)	240.093	191.179	Depósitos a prazo		636.272	503.638
Relações interfinanceiras		453	4.689	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		511.931	368.647
Operações de crédito	(Nota 07)	1.201.228	854.240	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	504.101	362.451
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	71.543	38.695	Obrigações por repasses	(Nota 14)	236	387
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(47.980)	(40.024)	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	7.594	5.809
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	6.275	4.288	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	459	456
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	40.771	25.619	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	91.447	55.280
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	29.430	24.393				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	5.065	4.910	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	(Nota 18)	<b>320.100</b>	<b>269.313</b>
				CAPITAL SOCIAL		44.463	45.362
				RESERVAS DE SOBRAS		262.956	216.077
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		12.681	7.874
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.862.807</b>	<b>1.376.716</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.862.807</b>	<b>1.376.716</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
**(Em milhares de Reais)**

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG  
CNPJ/MF nº 90.729.369/0001-22

Descrição das contas		01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>93.283</b>	<b>158.716</b>	<b>119.709</b>
Operações de crédito	(Nota 07)	77.313	137.141	108.365
Resultado de títulos e valores mobiliários		8.848	12.036	6.701
Resultado das aplicações compulsórias		10	40	100
Ingressos de depósitos intercooperativos		7.112	9.499	4.543
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(42.225)</b>	<b>(54.568)</b>	<b>(38.533)</b>
Operações de captação no mercado	(Nota 12)	(18.129)	(24.083)	(12.417)
Operações de empréstimos e repasses		(9.209)	(16.381)	(12.836)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(14.887)	(14.104)	(13.280)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>51.058</b>	<b>104.148</b>	<b>81.176</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(19.251)</b>	<b>(32.956)</b>	<b>(29.905)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 21)	21.629	41.392	32.178
Rendas de tarifas bancárias		4.708	9.362	8.891
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(20.446)	(37.630)	(32.901)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(18.354)	(33.748)	(28.458)
Dispêndios e despesas tributárias		(179)	(366)	(835)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	4.731	8.616	10.846
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(11.340)	(20.582)	(19.626)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>31.807</b>	<b>71.192</b>	<b>51.271</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>31.807</b>	<b>71.192</b>	<b>51.271</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(Nota 19)	<b>259</b>	-	<b>(2.333)</b>
Provisão para Imposto de Renda		158	-	(1.414)
Provisão para Contribuição Social		101	-	(919)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>(4.248)</b>	<b>(7.042)</b>	<b>(5.333)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>27.818</b>	<b>64.150</b>	<b>43.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG  
 CNPJ/MF nº 90.729.369/0001-22

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2020</b>	<b>46.895</b>	<b>181.567</b>	-	<b>10.231</b>	<b>238.693</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(6.955)	(6.955)
Destinações para reservas	-	-	2.688	(2.688)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(522)	(522)
Outras destinações	-	-	-	(66)	(66)
Capital de associados					
Aumento de capital	452	-	-	-	452
Baixas de capital	(3.246)	-	-	-	(3.246)
Reversões de reservas	-	-	(1.866)	1.866	-
Resultado do período	-	-	-	43.605	43.605
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.072)	(2.072)
Juros sobre o capital próprio	1.261	-	-	(1.283)	(22)
Reserva legal - Estatutária	-	29.009	2.072	(31.081)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	1.200	(1.340)	(140)
Reserva legal - Doação SFG	-	-	1.407	(1.407)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(414)	(414)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2020</b>	<b>45.362</b>	<b>210.576</b>	<b>5.501</b>	<b>7.874</b>	<b>269.313</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>(1.533)</b>	<b>29.009</b>	<b>5.501</b>	<b>(2.357)</b>	<b>30.620</b>
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2021</b>	<b>45.362</b>	<b>210.576</b>	<b>5.501</b>	<b>7.874</b>	<b>269.313</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.165)	(7.165)
Destinações para reservas	-	-	642	(642)	-
Outras destinações	-	-	-	(67)	(67)
Capital de associados					
Aumento de capital	565	-	-	-	565
Baixas de capital	(2.670)	-	-	-	(2.670)
Reversões de reservas	-	-	(3.819)	3.819	-
Resultado do período	-	-	-	64.150	64.150
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.337)	(3.337)
Juros sobre o capital próprio	1.206	-	-	(1.228)	(22)
Reserva legal - Estatutária	-	46.719	3.337	(50.056)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(667)	(667)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>44.463</b>	<b>257.295</b>	<b>5.661</b>	<b>12.681</b>	<b>320.100</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>(899)</b>	<b>46.719</b>	<b>160</b>	<b>4.807</b>	<b>50.787</b>
<b>Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)</b>	<b>44.132</b>	<b>210.576</b>	<b>4.183</b>	<b>38.292</b>	<b>297.183</b>
Capital de associados					
Aumento de capital	305	-	-	-	305
Baixas de capital	(1.180)	-	-	-	(1.180)
Reversões de reservas	-	-	(1.859)	1.859	-
Resultado do semestre	-	-	-	27.818	27.818
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.337)	(3.337)
Juros sobre o capital próprio	1.206	-	-	(1.228)	(22)
Reserva legal - Estatutária	-	46.719	3.337	(50.056)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(667)	(667)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>44.463</b>	<b>257.295</b>	<b>5.661</b>	<b>12.681</b>	<b>320.100</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>331</b>	<b>46.719</b>	<b>1.478</b>	<b>(25.611)</b>	<b>22.917</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG  
 CNPJ/MF nº 90.729.369/0001-22

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>39.942</b>	<b>73.508</b>	<b>52.545</b>
Resultado do semestre/exercício	27.818	64.150	43.605
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>12.124</b>	<b>9.358</b>	<b>8.940</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.897	7.956	6.912
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(18)	(19)	(49)
Depreciação e amortização	2.544	4.688	3.978
Baixas do ativo permanente	39	67	185
(Reversão) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas	(1)	3	(14)
Destinações ao FATES	(3.337)	(3.337)	(2.072)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>35.813</b>	<b>18.994</b>	<b>100.257</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.305)	(11.163)	35.258
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(11.825)	(27.575)	(2.161)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.852	4.236	(3.215)
(Aumento) em operações de crédito	(301.455)	(346.988)	(223.379)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	138.209	141.650	109.871
(Aumento) em outros ativos financeiros	(23.157)	(32.848)	(10.036)
(Aumento) Redução em outros ativos	(1.773)	(1.969)	212
Aumento em depósitos	202.419	255.850	179.875
Aumento em passivos financeiros	2.479	1.785	766
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(77)	(151)	387
Absorção de dispêndios pelo FATES	(897)	(1.613)	(1.531)
Aumento em outros passivos	31.343	37.780	14.210
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>75.755</b>	<b>92.502</b>	<b>152.802</b>
Aquisição de investimentos	(10.772)	(15.152)	(2.299)
Aquisição de imobilizado de uso	(5.465)	(8.077)	(6.425)
Aplicações no intangível	(1.286)	(1.870)	(1.109)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(17.523)</b>	<b>(25.099)</b>	<b>(9.833)</b>
Integralização de capital	305	565	452
Baixa de capital	(1.180)	(2.670)	(3.246)
Fundos estatutários	(667)	(667)	(414)
Juros ao capital próprio	(22)	(22)	(22)
Distribuição de Sobras	-	(7.231)	(7.543)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	(140)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(1.564)</b>	<b>(10.025)</b>	<b>(10.913)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>56.668</b>	<b>57.378</b>	<b>132.056</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	448.074	447.364	315.308
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	504.742	504.742	447.364

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG  
CNPJ/MF nº 90.729.369/0001-22

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	27.818	64.150	43.605
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente atribuível</b>	<b>27.818</b>	<b>64.150</b>	<b>43.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Regiões das Culturas - Sicredi das Culturas RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 21/05/1925 e sede situada na R. Quinze de Novembro, 217, salas 202 e 203, na cidade de Ijuí - Rio Grande do Sul . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 22 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27 ,33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira e remunerando as centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tecnicaria aplicado a natureza dessa receita é de resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

(c) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa

Adicionalmente, foram identificadas reclassificações relacionadas a alteração no modelo de centralização onde as Cooperativas passaram a aplicar parte de seus recursos de curto prazo em fundos de renda fixa e multimercado, os quais possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de valor, sendo possível a classificação como caixa e equivalente de caixa de acordo com as premissas do CPC 03. A referida correção afetou o caixa e equivalente de caixa inicial e final do período findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a movimentação dos títulos e valores mobiliários onde estavam sendo apresentados anteriormente.

Os valores reclassificados estão demonstrados no quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>115.166</b>	<b>4.543</b>	<b>119.709</b>
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	4.543	4.543
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(26.502)</b>	<b>(3.403)</b>	<b>(29.905)</b>
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	13.760	(2.914)	10.846
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(19.137)	(489)	(19.626)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.140</b>	<b>1.140</b>	<b>-</b>

O resultado não operacional refere-se as receitas não operacionais que foram reclassificadas para o resultado operacional.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(87.684)	87.684	-
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	150.551	164.757	315.308
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	194.923	252.441	447.364

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Disponibilidades	3.744	-	3.744
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	-	252.441	252.441
Centralização financeira	191.179	-	191.179
<b>Total</b>	<b>194.923</b>	<b>252.441</b>	<b>447.364</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2022.

#### **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 738 (2020 - R\$ 5.286) referente a Atos Não Cooperativos.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – centralização financeira**

A centralização financeira comprehende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

**i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

**j) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**k) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-económica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

**l) Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

**m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses**

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

**o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

**p) Impostos e contribuições**

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

No esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

**q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**r) Principais julgamentos e estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07 ;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.  
O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16 ;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 31.

**s) Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

**t) Resultados recorrentes e não recorrentes**

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Disponibilidades	5.334	3.744
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	259.315	252.441
Centralização financeira	240.093	191.179
<b>Total</b>	<b>504.742</b>	<b>447.364</b>

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 98%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	31/12/2021				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.027	19.914	20.941	10.381	
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	603	603	-	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.027</b>	<b>20.517</b>	<b>21.544</b>	<b>10.381</b>	
<b>Total circulante</b>				<b>1.027</b>	898	
<b>Total não circulante</b>				<b>20.517</b>	9.483	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Mantidos até o vencimento	31/12/2021				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - CPR	8.913	19.217	1.606	29.736	2.161	
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	-	-	-	-	8.471	
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	259.315	-	-	259.315	243.970	
<b>Total</b>	<b>268.228</b>	<b>19.217</b>	<b>1.606</b>	<b>289.051</b>	<b>254.602</b>	
<b>Total circulante</b>				<b>287.445</b>	254.602	
<b>Total não circulante</b>				<b>1.606</b>	-	

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:**

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	6.628	80.193	207.088	324.825	618.734	447.725
Financiamentos	121	8.693	25.371	67.671	101.856	78.958
Financiamentos rurais e agroindustriais	82	86.215	318.953	75.388	480.638	327.557
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>6.831</b>	<b>175.101</b>	<b>551.412</b>	<b>467.884</b>	<b>1.201.228</b>	<b>854.240</b>
Avalis e fianças honrados (Nota 08)	208	206	-	-	414	221
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	13	120	194	327	532
Títulos e créditos a receber (Nota 08)	-	45.666	16.652	96	62.414	34.002
<b>Total de outros créditos</b>	<b>208</b>	<b>45.885</b>	<b>16.772</b>	<b>290</b>	<b>63.155</b>	<b>34.755</b>
<b>Carteira total</b>	<b>7.039</b>	<b>220.986</b>	<b>568.184</b>	<b>468.174</b>	<b>1.264.383</b>	<b>888.995</b>
<b>Total circulante</b>					<b>796.209</b>	<b>540.678</b>
<b>Total não circulante</b>					<b>468.174</b>	<b>348.317</b>

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de risco	Provisão		Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
	% Mínimo	% Adicional	31/12/2021	31/12/2020	Mínimo 2021	Adicional 2021	Mínimo 2020	Adicional 2020
AA	-	-	37.317	23.171	-	-	-	-
A	0,50	0,49	450.603	306.894	2.252	2.208	1.534	
B	1,00	0,50	585.555	358.284	5.855	2.928	3.582	-
C	3,00	-	120.268	136.742	3.607	-	4.102	1.367
D	10,00	-	28.906	25.072	2.891	-	2.507	-
E	30,00	-	12.331	13.154	3.699	-	3.946	-
F	50,00	-	6.416	3.901	3.208	-	1.949	-
G	70,00	-	5.517	2.467	3.862	-	1.727	-
H	100,00	-	17.470	19.310	17.470	-	19.310	-
<b>Total</b>			<b>1.264.383</b>	<b>888.995</b>	<b>42.844</b>	<b>5.136</b>	<b>38.657</b>	<b>1.367</b>

Conforme devida aprovação através da Diretoria Executiva, lavrada na ata de nº 07/2021, a Cooperativa possuía adicional de provisionamento no rating C, importando em 4%, sendo este o percentual aplicável até julho/2021. A contar de agosto/2021 fora definida a reclassificação do rating C na Cooperativa, alterando o percentual de provisão de 4% para 3%, conforme aprovação dada pela ata da Diretoria Executiva nº 11/2021. Esta alteração no percentual, retornando à regra anteriormente praticada, se fez necessário para adequar os níveis de provisionamento para a carteira de crédito vinculada ao plano de expansão da cooperativa, ou seja, aquela alocada em Minas Gerais.

Já no mês de outubro/2021, conectada ao cenário local de dificuldades financeiras observadas especialmente nas carteiras de Pessoa Física urbano, a Cooperativa realizou o movimento provisão adicional através do incremento do percentual de provisão do rating A. Este, possuía 0,50% de provisão mínima para possíveis perdas, sendo majorado para 0,99%, ou seja, um incremento de 0,49% de provisão no referido rating. Já em novembro/2021, a Cooperativa realizou provisão adicional através do incremento do percentual de provisão do rating B. Este, possuía 1% de provisão mínima para possíveis perdas, sendo majorado para 1,50%, ou seja, um incremento de 0,50% de provisão no referido rating. Ressalta-se que, os adicionais de provisão definidos, estão validados e aprovados através da Ata do Conselho Administrativo nº 22/2021, sendo apresentado para a composição deliberativa as principais causas destes movimentos conservadores que visam proteger a Cooperativa para possíveis aumentos da inadimplência que vêm sendo demonstrados como uma tendência do mercado a nível de SFN."

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 283.957 (dezembro de 2020 - R\$ 222.328) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 5.183 (dezembro de 2020 - R\$ 3.839) conforme Nota 15.

**c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	5.722	84.577	157.887	241.488	489.674	322.306
Rural	82	86.215	318.953	75.388	480.638	327.557
Industrial	-	1.945	5.068	4.694	11.707	13.343
Comércio	508	16.392	26.106	29.510	72.516	71.474
Pessoas jurídicas	727	31.857	60.170	117.094	209.848	154.315
<b>Total</b>	<b>7.039</b>	<b>220.986</b>	<b>568.184</b>	<b>468.174</b>	<b>1.264.383</b>	<b>888.995</b>
<b>Total circulante</b>					<b>796.209</b>	<b>540.678</b>
<b>Total não circulante</b>					<b>468.174</b>	<b>348.317</b>

**d) Concentração das operações de crédito**

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	111.002	8,78	89.208	10,03
50 devedores seguintes	154.748	12,24	135.035	15,19
100 devedores seguintes	132.252	10,46	101.338	11,40
Demais	866.381	68,52	563.414	63,38
<b>Total</b>	<b>1.264.383</b>	<b>100,00</b>	<b>888.995</b>	<b>100,00</b>

**e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	40.024	33.112
Constituição de provisão	40.096	35.799
Reversão de provisão	(25.992)	(22.519)
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.148)	(6.368)
Saldo final	47.980	40.024

**f) Resultado com operações de crédito:**

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	55.638	98.165	75.460
Financiamentos	6.342	11.149	9.060
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.030	19.373	14.720
Outros	47	142	120
<b>Subtotal</b>	<b>73.057</b>	<b>128.829</b>	<b>99.360</b>
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.256	8.312	9.005
<b>Total</b>	<b>77.313</b>	<b>137.141</b>	<b>108.365</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.119 (2020 - R\$ 33.305).

**NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	62.414	34.002
Rendas a receber	2.536	2.755
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	327	532
Avali e fianças honrados (Nota 07)	414	221
Transações com cartão de crédito	4.994	440
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	858	745
<b>Total</b>	<b>71.543</b>	<b>38.695</b>
<b>Total circulante</b>	<b>70.394</b>	<b>38.343</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>1.149</b>	<b>352</b>

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

**NOTA 09 – OUTROS ATIVOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	890	1.638
Adiantamentos e antecipações salariais	127	235
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	534	51
Adiantamentos para Confederação Sicredi	646	709
Impostos e contribuições a compensar	543	77
Cotas de consórcio	1.211	1.073
Pendências a regularizar	1.847	389
Outros	475	116
<b>Total circulante</b>	<b>6.273</b>	<b>4.288</b>
Outros valores e bens	2	-
<b>Total não circulante</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>6.275</b>	<b>4.288</b>

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**a) Outros valores e bens**

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	603	1.316
Imóveis	483	1.226
Veículos e afins	120	50
Máquinas e equipamentos	-	40
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	(19)
Despesas antecipadas	287	341
<b>Total circulante</b>	<b>890</b>	<b>1.638</b>
Despesas antecipadas	2	-
<b>Total não circulante</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

**b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:**

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(19)	(68)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	19	49
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	17.025	12.656
Sicredi Participações S.A.	23.742	12.959
Outras participações e investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
<b>Total</b>	<b>40.771</b>	<b>25.619</b>

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	7.702.068 ON	4.205.204 ON	4	4	17.025.494	12.655.804
Percentual de participação	1,13%	1,10%	2,48%	2,48%	2,93%	3,12%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	580.337	406.094
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	591.058	416.563
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	23.742	12.959	4	4	17.025	12.656

#### NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	44.470	(15.040)	29.430	24.393	
Imobilizações em curso	-	1.877	-	1.877	845	
Terrenos	-	3.942	-	3.942	3.942	
Edificações	4%	9.546	(2.079)	7.467	7.514	
Instalações	10%	5.474	(2.689)	2.785	2.933	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.346	(1.455)	3.891	2.286	
Móveis e equipamentos	10%	7.468	(3.357)	4.111	3.948	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.260	(386)	874	586	
Equipamentos de processamento de dados	20%	7.138	(3.813)	3.325	1.779	
Veículos	20%	2.419	(1.261)	1.158	560	
<b>Intangível</b>		<b>15.878</b>	<b>(10.813)</b>	<b>5.065</b>	<b>4.910</b>	
Investimentos Confederação	10%	14.345	(10.116)	4.229	4.575	
Outros ativos intangíveis	10%	1.533	(697)	836	335	

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 12 – DEPÓSITOS

##### a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	170.256	-	-	170.256	168.104	
Depósitos de poupança	596	-	-	596	-	
Depósitos interfinanceiros	1.567	12.077	118.102	131.746	11.278	
Depósitos a prazo	11.379	25.178	599.715	636.272	503.638	
<b>Total</b>	<b>183.798</b>	<b>37.255</b>	<b>717.817</b>	<b>938.870</b>	<b>683.020</b>	
<b>Total circulante</b>				<b>221.053</b>	<b>207.863</b>	
<b>Total não circulante</b>				<b>717.817</b>	<b>475.157</b>	

##### b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos de poupança	1	1	-
Depósitos interfinanceiros	1.261	1.426	271
Depósitos de aviso prévio	75	107	85
Depósitos a prazo	16.189	21.445	11.138
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	603	1.104	923
<b>Total</b>	<b>18.129</b>	<b>24.083</b>	<b>12.417</b>

#### NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	504.101	362.451
<b>Total</b>	<b>504.101</b>	<b>362.451</b>

##### a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021				31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	86.994	316.219	66.820	470.033	339.479	
<b>Total - Recursos do Crédito Rural</b>	<b>86.994</b>	<b>316.219</b>	<b>66.820</b>	<b>470.033</b>	<b>339.479</b>	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.449	4.736	21.883	34.068	22.972	
<b>Total - Outros Recursos</b>	<b>7.449</b>	<b>4.736</b>	<b>21.883</b>	<b>34.068</b>	<b>22.972</b>	
<b>Total</b>	<b>94.443</b>	<b>320.955</b>	<b>88.703</b>	<b>504.101</b>	<b>362.451</b>	
<b>Total circulante</b>				<b>415.398</b>	<b>303.201</b>	
<b>Total não circulante</b>				<b>88.703</b>	<b>59.250</b>	

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/11/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com CDI + 2,24% a.a. com vencimentos até 15/03/2028 e com 124,6 % do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

#### **NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES**

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	40	120	76	236	387
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>120</b>	<b>76</b>	<b>236</b>	<b>387</b>
<b>Total circulante</b>				<b>160</b>	<b>156</b>
<b>Total não circulante</b>				<b>76</b>	<b>231</b>

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

#### **NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.183	3.839
Recursos em trânsito de terceiros	2.411	1.970
<b>Total circulante</b>	<b>7.594</b>	<b>5.809</b>

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

#### **NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	444	444
Cível	Provável	15	12
<b>Total não circulante</b>		<b>459</b>	<b>456</b>
Natureza		31/12/2020	31/12/2021
Trabalhista	444	-	444
Cível	12	16	(13)
<b>Total não circulante</b>	<b>456</b>	<b>16</b>	<b>(13)</b>
			<b>459</b>

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 113 e R\$ 79 (dezembro de 2020 - R\$ 109 e R\$ 71), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 858 (dezembro de 2020 - R\$ 745), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

#### **NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS**

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	64.591	33.239
Provisão para pagamentos a efetuar	4.012	3.053
Cotas de capital a pagar	5.306	4.545
Provisão para participações nos lucros	6.768	4.859
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.331	3.607
Fundo Social	784	615
Impostos e contribuições a recolher	1.873	2.963
Credores diversos	2.179	1.514
Cobrança e arrecadação de tributos	273	1
Pendências a regularizar	330	884
<b>Total circulante</b>	<b>91.447</b>	<b>55.280</b>

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

#### **NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

##### a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	44.463	45.362
<b>Total de associados</b>	<b>63.864</b>	<b>57.916</b>

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -899 (dezembro de 2020 – R\$ -1.533), sendo R\$ 1.206 (dezembro de 2020 – R\$ 1.261) via integralização de resultados e R\$ 565 (dezembro de 2020 – R\$ 452), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.670 (dezembro de 2020 – R\$ 3.246).

**b) Juros ao capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,77% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.228, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 5% para a Reserva de Expansão, destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;
- 1% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão e Fundo Social conforme definido pelo Conselho de Administração.

**NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	71.192	51.271
Participação nas sobras	(7.042)	(5.333)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	64.150	45.938
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(28.868)	(18.376)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	28.535	15.329
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	553	513
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(10)	201
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(2.333)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

**NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	21.544	10.381
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	289.051	254.602
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	240.093	191.179
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.402	2.312
Outros ativos (Nota 09)	646	709
Investimentos (Nota 10)	40.771	25.619
Intangível (Nota 11)	4.229	4.575
<b>Passivo</b>		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	131.746	11.278
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	504.101	362.451
Outros passivos (Nota 17)	60.701	31.907
<b>Receitas</b>		
Resultado títulos e valores mobiliários	12.036	6.701
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	18.683	13.986
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	447	574
Doação SFG	-	1.407
<b>Despesas</b>		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	1.426	271
Operações de empréstimos e repasses	16.370	12.827
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.549	999
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	8.998	9.039

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	580	0,34%	996
Depósitos a prazo	2.475	0,39%	1.562
Operações de crédito	15.090	1,26%	11.294

**c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	3.542	2.984

**NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	4.929	8.530	4.996
Cobrança	1.059	2.130	2.141
Comissões	1	2	16
Consórcios	1.020	2.305	2.129
Convênios	587	1.211	1.045
Distribuição de produtos e serviços bancários	9.545	18.479	13.844
Processamento da compensação	18	46	57
Seguros	3.682	7.215	6.524
Taxas e tarifas	453	915	1.201
Antecipação de recebíveis	143	240	94
Outros serviços	192	319	131
<b>Total</b>	<b>21.629</b>	<b>41.392</b>	<b>32.178</b>

**NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL**

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	11.961	22.067	19.180
Benefícios	3.403	6.613	6.049
Encargos sociais	4.962	8.792	7.605
Treinamentos	120	158	67
<b>Total</b>	<b>20.446</b>	<b>37.630</b>	<b>32.901</b>

**NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	393	789	670
Aluguéis	1.904	3.675	2.974
Comunicação	562	1.134	1.081
Manutenção e conservação	1.133	2.178	1.815
Material de expediente	401	680	628
Processamento dados	642	1.207	808
Propaganda e publicidade	496	894	571
Promoções e relações públicas	1.311	2.166	2.176
Serviços do sistema financeiro	1.379	2.851	1.917
Assessoria e consultoria	151	160	12
Serviços jurídicos	387	1.202	999
Serviços de terceiros	919	1.692	2.072
Serviços de técnicos especializados	1.936	3.195	1.485
Serviços de vigilância e segurança	1.024	1.981	1.671
Serviços de transportes	622	1.122	1.170
Depreciação	1.631	2.973	2.201
Amortização (Rateio Confederação)	791	1.516	1.625
Amortização outros ativos intangíveis	123	199	152
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	897	1.613	1.531
Emolumentos e taxas diversas	174	373	471
Ressarcimento tarifas	33	63	113
Outras despesas administrativas	1.445	2.085	2.316
<b>Total</b>	<b>18.354</b>	<b>33.748</b>	<b>28.458</b>

**NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	<b>2º semestre de 2021 (Não auditado)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020 (Reapresentado)</b>
Absorção de dispêndios - FATES	<b>897</b>	<b>1.613</b>	<b>1.531</b>
Utilização de fundo social	<b>481</b>	<b>498</b>	<b>483</b>
Lucros na alienação de valores e bens	<b>34</b>	<b>86</b>	<b>110</b>
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	<b>(32)</b>	<b>-</b>	<b>1.407</b>
Recuperação de encargos e despesas	<b>383</b>	<b>548</b>	<b>1.971</b>
Reversão de provisões operacionais	<b>253</b>	<b>456</b>	<b>354</b>
Reversão de provisões impostos folha	<b>1.538</b>	<b>2.461</b>	<b>2.176</b>
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	<b>533</b>	<b>1.801</b>	<b>1.778</b>
Reversão de provisões para passivos contingentes	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>15</b>
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	<b>201</b>	<b>379</b>	<b>177</b>
Outras rendas operacionais	<b>434</b>	<b>761</b>	<b>844</b>
<b>Total</b>	<b>4.731</b>	<b>8.616</b>	<b>10.846</b>

**NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>2º semestre de 2021 (Não auditado)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020 (Reapresentado)</b>
Descontos concedidos em renegociação e crédito	<b>927</b>	<b>2.123</b>	<b>3.443</b>
Contribuições Cooperativistas	<b>75</b>	<b>148</b>	<b>143</b>
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	<b>73</b>	<b>169</b>	<b>417</b>
Contribuição Confederalização Sicredi	<b>3.815</b>	<b>7.181</b>	<b>7.061</b>
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	<b>295</b>	<b>605</b>	<b>693</b>
Encargos da administração financeira	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Repasse Administradora de Cartões	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>92</b>
Prejuízo na alienação de valores e bens	<b>11</b>	<b>248</b>	<b>372</b>
Provisões para garantias financeiras prestadas	<b>2.319</b>	<b>3.144</b>	<b>2.234</b>
Provisões para passivos contingentes	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>1</b>
Outras provisões operacionais	<b>1.388</b>	<b>2.544</b>	<b>2.203</b>
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais )	<b>1.520</b>	<b>2.812</b>	<b>1.896</b>
Risco operacional	<b>189</b>	<b>287</b>	<b>168</b>
Juros e comissões	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>20</b>
Outras despesas operacionais	<b>718</b>	<b>1.298</b>	<b>880</b>
<b>Total</b>	<b>11.340</b>	<b>20.582</b>	<b>19.626</b>

**NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE**

	<b>2º semestre de 2021 (Não auditado)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Resultado antes das destinações</b>	<b>27.818</b>	<b>64.150</b>	<b>43.605</b>
Doação SFG	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.407)</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<b>4.358</b>	<b>3.769</b>	<b>1.367</b>
<b>Resultado recorrente</b>	<b>32.176</b>	<b>67.919</b>	<b>43.565</b>

**NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Beneficiários de garantias prestadas	<b>283.905</b>	<b>222.262</b>
Coobrigações em cessões de crédito	<b>52</b>	<b>66</b>
<b>Total</b>	<b>283.957</b>	<b>222.328</b>

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

## III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

## IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

## VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar um preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e relatório da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

#### VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e relatório para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócios e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

#### IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance com um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

#### X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

#### XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

**NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

<b>Limites operacionais</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>315.035</b>	<b>264.403</b>
<b>Nível I (NI)</b>	<b>315.035</b>	<b>264.403</b>
<b>Capital principal - CP</b>	<b>315.035</b>	<b>264.403</b>
Capital social	44.463	45.362
Reservas de capital	262.956	216.077
Lucros acumulados	12.681	7.874
Ajustes Prudenciais	(5.065)	(4.910)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>1.576.584</b>	<b>1.091.842</b>
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>3.155</b>	<b>289</b>
<b>Margem de Capital</b>	<b>154.222</b>	<b>163.119</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>19,98%</b>	<b>24,22%</b>
<b>Situação de Imobilização (Imob)</b>	<b>29.434</b>	<b>24.397</b>
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>9,34%</b>	<b>9,23%</b>

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto Instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Roque Enderle  
Diretor Executivo  
CPF: 400.595.610-68

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20

Roberto Cortiani Ibañez  
Diretor de Operações  
CPF: 551.513.880-53